

Inclusão, na prática

Estratégias eficazes para
a educação inclusiva

Rossana Ramos



INCLUSÃO NA PRÁTICA

Estratégias eficazes para a educação inclusiva

Copyright © 2010, 2022 by Rossana Ramos Henz

Direitos desta edição reservados para Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Revisão: **Raquel Gomes**

Capa: **Marcia Signorini**

Projeto gráfico e diagramação: **Crayon Editorial**

Summus Editorial

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7ª andar

05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

<http://www.summus.com.br>

e-mail: summus@summus.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

1. Considerações iniciais	9
2. Minha trajetória	11
3. Fundamentos históricos e filosóficos	17
4. A Escola Viva e as bases da inclusão	27
5. Mitos, enganos e equívocos na inclusão	55
6. Inclusão na prática	65
7. A avaliação	99
8. Considerações finais	113
 Bibliografia	 115
 Conto – Naquele dia	 117

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

EM ALGUMAS PALAVRAS INTRODUTÓRIAS, eu diria que este livro é uma espécie de relato que emerge da minha ampla experiência na área de Educação Inclusiva na Escola Viva (em Cotia, no estado de São Paulo), bem como de algumas questões teóricas dispostas no âmbito científico a respeito do tema. Assim, acredito que esse livro possa ser definido como uma obra de “mútua ajuda” – de fácil entendimento mas, ao mesmo tempo, fundamentada teoricamente. Seu objetivo principal é falar diretamente sobre as questões reais do processo de inclusão, fazendo que, ao lê-lo, o professor se identifique e identifique os problemas que precisa solucionar hodiernamente, na escola e na vida.

Sabemos que a escola no Brasil já está convencida, mesmo que por força da lei, de que deve receber crianças com deficiência. Contudo, ainda se praticam ações que não condizem com a verdadeira inclusão. A luta ainda está longe de

ser vencida. Isso porque a escola matriculou esses alunos, mas ainda tem dificuldade de lidar com as diferenças.

Este é, portanto, mais um instrumento que visa, por meio do relato de experiências, ao avanço do trabalho escolar inclusivo. Por razões metodológicas, optei por não apresentar dados estatísticos, leis etc., tendo em vista o modelo quase romanesco da obra. E, para aproximar ainda mais os leitores das experiências vividas, apresento a seguir minha trajetória na educação – meus passos para a inclusão.

2 | MINHA TRAJETÓRIA

MINHA TRAJETÓRIA NA EDUCAÇÃO se iniciou em 1983, quando comecei a dar aulas na rede municipal do Rio de Janeiro, especificamente em uma escola em que havia um grupo de crianças excluídas socialmente. Moradoras de uma favela, além da carência material, essas crianças eram também privadas de afeto e cuidados, já que a maioria era de famílias mantidas somente pela mãe – que normalmente saía de casa cedo para trabalhar, retornando à noite, ou às vezes dormia no emprego, por exigência dos patrões.

Embora na época não se usasse o termo, podia-se considerar que aqueles eram verdadeiros excluídos. Alguns casos me marcaram profundamente, como o de uma menina de 6 anos que morreu queimada ao tentar acender o fogareiro para aquecer o leite dos irmãos menores de 4 e 2 anos – de quem cuidava até que a mãe chegasse do trabalho.

Já naquela época, percebi que, utilizando os métodos e parâmetros da escola tradicional, não conseguiria desenvolver nenhum tipo de trabalho com aquele grupo. Por isso, passei a buscar algo que pudesse me auxiliar naquela empreitada. Afortunadamente, fui convidada por uma colega para participar de um grupo de estudos da obra de Piaget. Começamos pela teoria sobre o desenvolvimento humano descrita pelo autor. Embora não tenha sido fácil, aos poucos fui compreendendo a tese defendida pelas ciências cognitivas, sobretudo pela teoria construtivista. Daí a me tornar defensora do construtivismo foi um pulo.

Compreendi que era preciso, *a priori*, criar meios de socialização para, então, promover o desenvolvimento cognitivo daquelas crianças. Passei, assim, a propor jogos – de construção, simbólicos e de regras – por meio dos quais as crianças pudessem construir relações de interdependência social e afetiva. Aos poucos, consegui “incluir-los” tanto na classe quanto na escola. Nossa turma passou a ser aquela que mais se desenvolvia no que se referia à aprendizagem. Naquele ano, todas as crianças da sala, que tinham entre 6 e 7 anos, aprenderam a ler e escrever. E o mais importante: deixaram de ser os “marginaizinhos” da escola.

Nessa perspectiva, passei também a me dedicar à área de alfabetização com base na psicogênese da leitura e da escrita, desenvolvida por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky.

Em virtude da observação e da constatação de que as escolas, em geral, não têm projetos flexíveis que “incluam” todas as crianças, em 1994, fundei a Escola Viva, em Caucaia do

Alto, Cotia. Com base na teoria construtivista, iniciamos um trabalho que, a princípio, assustava as pessoas. As crianças sentavam-se em grupos ou ficavam em pé, circulando pela sala, se envolviam diariamente em jogos e outras atividades lúdicas. Não usávamos cartilhas ou livros didáticos, mas livros “de verdade”. Para aprender a ler, utilizamos contos clássicos e histórias infantis. A escrita era valorizada com base nas hipóteses das próprias crianças. Os alunos maiores, já naquela época, eram mobilizados em torno de projetos interdisciplinares que envolviam diversos campos do conhecimento – de culinária a álgebra e gramática. Para reflexão, sempre tivemos aulas de filosofia; para conhecer o mundo, incentivamos efetivamente a leitura.

Em 1995, fui levada por uma amiga à sede da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), na Vila Mariana, para assistir a uma palestra ministrada pelo então diretor daquela instituição. Pelo caminho, fui pensando o que eu poderia aprender naquele lugar. Isso porque, apesar de toda minha visão diferenciada da educação, eu também achava que a pessoa com deficiência precisava de “cuidados e meios especiais”, principalmente de uma escola especial.

A primeira fala do palestrante já me causou grande impacto: “Eu gostaria de acabar com todas as Apaes”. Ao longo da palestra, compreendi que ele estava falando de *inclusão*. Saí da reunião meio tonta. Recordo-me de naquela noite ter perdido algumas horas de sono pensando naquela ideia que, em seguida, me pareceu tão óbvia: de que a pessoa com deficiência deve ser incluída sem restrições no

meio social, desde o nascimento, para que possa ser estimulada naturalmente.

Por acaso, uma semana depois fui procurada pela mãe de uma menina de 7 anos com síndrome de Down. Pensei que aquela seria uma boa oportunidade para iniciar a inclusão em nossa escola. Antes que a criança fosse matriculada, reuni todos os professores e dissertei sobre a tese da inclusão. Para eles aquilo não era novidade, pois estavam ligados a um processo educativo que respeitava as diferenças entre os alunos. Mesmo assim vieram as perguntas: na prática, como lidar com essas crianças tão diferentes? E os pais dos “não deficientes”? Como iam encarar a situação?

O primeiro passo foi justamente reunir a comunidade e fazer uma reflexão sobre o assunto. Para nossa surpresa, todos os pais concordaram que aquela seria uma boa oportunidade para o exercício e o aprendizado de novos conhecimentos: ser tolerante, respeitar as diferenças e desmistificar a deficiência como entrave ao desenvolvimento.

Em seguida, todos nos debruçamos sobre estudos centrados no sociointeracionismo, em cujo escopo teórico encontram-se as respostas para a importância da vida em grupo. Nessa perspectiva, que incluía todos os alunos, funcionários, professores e pais da escola, passamos a viver, na prática, a inclusão.

Tivemos, sobretudo, de desfazer alguns mitos, entre eles: o de que o profissional que lida com o aluno com deficiência precisa ter formação especial; o de que esse tipo de aluno na classe comum atrapalha o desenvolvimento dos colegas; o de